



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006563-51.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários**
 Requerente: **Maria Aparecida de Oliveira**
 Requerido: **Itaú Unibanco S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

Sustenta a autora, na inicial, que a única dívida que teve com o banco réu, de cartão de crédito, foi renegociada apenas uma vez para pagamento em 8 parcelas de R\$ 138,00, que foram integralmente pagas. Entretanto, continua recebendo cobranças, indevidas, vez que nada mais deve à instituição financeira.

Todavia, os documentos trazidos pela própria autora mostram-se que houve mais de uma renegociação. No total, 5 renegociações "Itaú Sob Medida", contratos com finais 101, 524, 698, 116, 074, conforme demonstrativos de vários pagamentos efetivados pela própria autora, fls. 30, 35, 37, 39, 46, mostrando que a autora pagou quitou referentes a mais de uma negociação. Saliente-se que a parcela de R\$ 138,00 (na verdade R\$ 138,50) é pertinente apenas à renegociação final 698.

Em razão do inadimplemento das referidas renegociações, a autora recebeu propostas de renegociação global, consoante fls. 58/63, 64/69, 70/73, que não se constituem em cobranças indevidas, assim como a negativação também não foi ilícita no presente caso.

A contratação dessa renegociações está comprovada de modo satisfatório, pelo próprio fato de a autora ter efetuado vários pagamentos relativos a cada um desses negócios



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

jurídicos (consoante comprovantes que constam da inicial e dados apresentados em contestação às fls. 83).

As renegociações também estão comprovadas pela farta documentação que instruiu a contestação, salientando-se que a ausência de assinatura se deve a terem os contratos sido aperfeiçoados eletronicamente, mas a somatória das provas confirma o teor dos registros lançados pelo réu em seu sistema informatizado, fls. 100/103.

Sendo assim, no contexto probatório dos autos, não vejo como acolher o pleito, independentemente do que disseram as pessoas ouvidas em audiência, que não tem como ter conhecimento a respeito de todas as negociações e operações financeiras celebradas entre as partes.

Ante o exposto, julgo improcedente a ação.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, em primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 01 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**